Dívida Pública

GAZETA MERCANTIL

# Dívida líquida cresce e pode ir a 58% do PIB em junho

## Déficit nominal do setor público, em 12 meses, chegou a 4,4% do PIB

Ayr Aliski
de Brasília

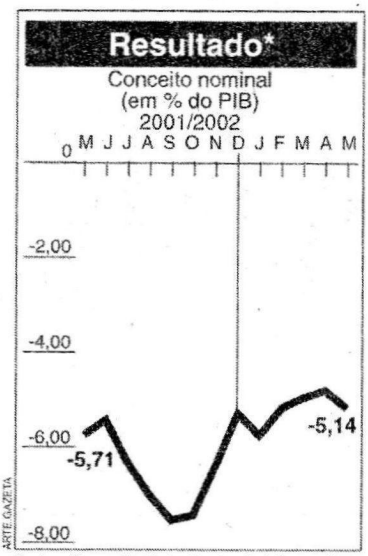
A dívida líquida do setor público deve alcançar a marca de 58% do Produto Interno Bruto (PIB) em junho, refletindo a depreciação do real frente ao dólar, que já chega a 13% no mês. A estimativa é do chefe do Departamento Econômico (Depec) do Banco Central, Altamir Lopes, que divulgou ontem o boletim de Política Fiscal, com os números consolidados de maio.

O resultado fiscal, no conceito nominal, que inclui, além da diferença entre receitas e despesas, os gastos com juros, foi deficitário em R$ 5,8 bilhões, em maio. Nos últimos 12 meses, o déficit nominal, que indica as necessidades de financiamento do setor público, alcançou R$ 53,6 bilhões, o equivalente a 4,4% do PIB.

No mês passado, a dívida líquida chegou a R$ 708,454 bilhões, ou 56% do PIB, o que já representou crescimento em relação ao mês anterior. Em abril, a dívida líquida, de R$ 680,710 bilhões, representava 54,6% do PIB. O crescimento da dívida, de abril para maio, também se deveu à depreciação cambial, de 6,75% no mês passado.

Lopes explicou que 39% da dívida pública (incluindo a dívida externa e a parcela da dívida mobiliária interna vinculada a dólar) está exposta à variação cambial. Ele rejeitou a hipótese de que a elevação da relação dívida/PIB para a faixa de 58% seja motivo de excessiva preocupação. Segundo o ele, o aumento deve-se a fatores extraordinários — a oscilação cambial — e não compromete o cumprimento de metas.

Conforme acertado com o Fundo Monetário Nacional, a dívida líquida tem como meta indicativa o teto de R$ 720 bilhões em junho e R$ 730 bilhões em setembro. Lopes não considera a possibilidade de que a meta seja ultrapassada, mas reforçou que esta é uma meta "apenas indicativa" e não um "critério de desempenho".




Fontes: Banco Central e Centro de Informações da Gazeta Mercantil * Acumulado em 12 meses com desvalorização cambial sobre o estoque da dívida mobiliária federal

Altamir Lopes disse que, com câmbio real constante, seria possível manter a dívida no patamar de 58% do PIB com a geração de apenas 2% de superávit primário (receitas menos despesas, exceto gastos com pagamento de juros). Lopes argumentou ainda que o atual momento não reflete o ponto de equilíbrio na cotação entre real e dólar. Ou seja, o BC aposta em recuo da cotação da moeda norte-americana, o que imediatamente resultaria em queda na relação dívida/PIB.

O chefe do Depec ressaltou que o aumento da dívida líquida também se deve ao processo de reconhecimento de dívidas (esqueletos) promovido pelo atual governo. Desde dezembro de 1995, R$ 103 bilhões, em valores correntes, foram incorporados à endividamento público devido ao reconhecimento de esqueletos, considerando valores correntes.

O alto endividamento, aliado à redução do fluxo de recolhimentos federais (que não contou, como em maio, com receitas extraordinárias como o ajuste do Imposto de Renda de Pessoas Físicas), gerou um déficit nominal (receitas menos despesas, incluindo gastos com pagamento de juros) em maio, de R$ 5,836 bilhões. Esse valor é o resultado de R$ 2,978 bilhões de superávit primário do setor público consolidado no mês passado menos gastos de R$ 8,814 bilhões com juros nominais. Em maio do ano passado, o resultado nominal foi deficitário em R$ 1,151 bilhão, refletindo superávit primário de R$ 3,706 bilhões e gastos com juros nominais de R$ 4,857 bilhões.

Segundo Lopes, o gasto mais acentuado com juros em maio deste ano, na comparação com igual período de 2001, reflete, em primeiro lugar, o aumento da dívida. Ou seja, quanto maior o estoque da dívida, mais dinheiro será necessário para financiar os juros da rolagem desse endividamento. O chefe do Depec explicou que também houve impacto de uma taxa mais elevada de juros. Em maio de 2001, a taxa vigente era de 16,43%, saltando para média anual de 18,39% em maio deste ano.

Entre janeiro e maio, o superávit primário do setor público foi de R$ 23,498 bilhões, destacou Lopes. Isso significa que em junho será necessário gerar superávit primário de pouco mais de R$ 1,5 bilhão para que seja alcançada a meta acertada com o FMI, de R$ 25 bilhões no acumulado dos seis primeiros meses do ano. O acordo estabelece meta de superávit primário de R$ 34,1 bilhões no acumulado entre janeiro e setembro. O cálculo do fluxo em 12 meses indica superávit primário de R$ 40,188 bilhões (3,27% do PIB, considerando valores correntes). déficit nominal de R$ 53,615 bilhões (4,37% do PIB).